

**EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.843.741 - AM
(2019/0312456-3)**

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ

EMBARGANTE : GIDEAO SENA DOS SANTOS

**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO
AMAZONAS**

EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

DECISÃO

GIDEÃO SENA DOS SANTOS opõe embargos de declaração à decisão de fls. 200-202, de minha relatoria, em que dei provimento ao recurso especial, a fim de aplicar em 2/3 a causa especial de diminuição prevista no § 4º do art. 33 da Lei n. 11.343/2006 e, por conseguinte, reduzir a sua reprimenda para 1 ano e 8 meses de reclusão, mais multa.

O embargante alega **omissão** no *decisum* embargado, porquanto, embora haja reduzido a pena, não se manifestou acerca de eventual possibilidade de substituição da reprimenda privativa de liberdade por restritivas de direitos.

Requer o acolhimento dos embargos, para que seja sanada a omissão apontada e, por conseguinte, determinada a substituição da pena, "como consectário lógico do reconhecimento da forma privilegiada do delito de tráfico" (fl. 211).

Decido.

Consoante o disposto no art. 619 do Código de Processo Penal, a oposição de embargos de declaração enseja, em síntese, o aprimoramento da prestação jurisdicional, por meio da retificação do julgado que se apresenta omisso, ambíguo, contraditório ou com erro material. São inadmissíveis, portanto, quando, a pretexto da necessidade de esclarecimento, aprimoramento ou complemento da decisão embargada, objetivam, em essência, o rejugamento do caso.

No caso, em que pesem os argumentos lançados pelo recorrente, constato que o *decisum* embargado **não foi omisso**.

Com efeito, mostra-se **descabida** a pretensão de se alargar

o objeto do recurso especial após o seu julgamento, a pretexto de omissão, a fim de que seja analisada **matéria estranha às razões do recurso**, consistente na alegação de que, com a redução da pena, deveria, necessariamente, ser efetivada a sua substituição por restritivas de direitos.

Saliento que a defesa, no recurso especial, apontou violação somente do art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006 e, mesmo havendo pedido a incidência da minorante no patamar máximo de 2/3 – o que, conforme seria possível de se antever, conduziria a uma reprimenda de 1 ano e 8 meses de reclusão –, não pleiteou, **em nenhum momento**, que fosse, ao final, determinada a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos.

No entanto, embora não haja nenhum vício capaz de ensejar o acolhimento dos presentes embargos, **verifico a ocorrência de ilegalidade manifesta, passível da concessão de habeas corpus, de ofício**, nos termos do art. 648 do Código de Processo Penal.

Isso porque o réu, após o provimento do recurso, ficou com a pena estabelecida no patamar de 1 ano e 8 meses de reclusão. Assim, uma vez que era tecnicamente primário ao tempo do delito, possuidor de bons antecedentes, teve a pena-base fixada no mínimo legal (fl. 140), foi agraciado com a minorante prevista no art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006 e apreendido com reduzida quantidade de drogas (22,67 g de cocaína e 6,37 g de maconha), entendo que, de fato, a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos se mostra medida socialmente recomendável, *ex vi* do disposto no art. 44 do Código Penal.

À vista do exposto, **rejeito** os embargos de declaração. Contudo, com fundamento no art. 648 do Código de Processo Penal, **concedo habeas corpus, de ofício**, para determinar a substituição da pena privativa de liberdade imposta ao réu por duas restritivas de direitos, a serem escolhidas pelo Juízo das Execuções Criminais, de forma devidamente justificada e à luz das peculiaridades do caso concreto.

Comunique-se, com urgência, o inteiro teor desta decisão às instâncias ordinárias para as providências cabíveis.

Publique-se e intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**